



## Intervenção 3

Mostafa Zekri

---



**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1189>

DOI: 10.4000/eces.1189

ISSN: 1647-0737

**Editora**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Refêrencia eletrónica**

Mostafa Zekri, « Intervenção 3 », *e-cadernos CES* [Online], 03 | 2009, posto online no dia 01 março 2009, consultado o 14 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1189>

---



## MOSTAFA ZEKRI

Antes de começar, gostaria de agradecer aos responsáveis do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra por este convite e pela escolha deste tema que é muito interessante. Penso que é importante, sobretudo, falar de alguns aspectos mais académicos, e que geralmente não aparecem nem nos jornais nem na televisão, não deixando contudo de necessitar de esclarecimentos. Não vou falar dos *cartoons* em si, mas sim da questão da representação do profeta Maomé na própria religião muçulmana. Há ou não proibição da representação do profeta?<sup>2</sup>

Nos monoteísmos em geral, o que está escrito determina a imagem, e, neste caso, o Islão não é uma excepção. A linguagem simbólica do próprio Corão tem muito a ver com isso. Assim, qual é a origem da proibição da representação dos seres animados (com alma), dos homens em geral e de Maomé em particular na religião muçulmana? O Corão não diz nada sobre esta proibição. Isto quer dizer que não existe um texto directo e claro em que os juristas muçulmanos se possam apoiar que diga que o Islão ou os muçulmanos não devam representar nenhuma criatura. O próprio profeta não deixou ditos claros relativamente à representação das criaturas, particularmente os homens. No entanto, encontramos na tradição profética um texto que mostra uma atitude positiva do Profeta face à imagem. Quando Maomé entrou na Kaaba em Meca – que é considerada a casa santa de Deus, *bayt Allâh al-harâm*, o centro espiritual dos muçulmanos – pediu aos seus companheiros para destruir todos os símbolos de idolatria que estavam dentro da Kaaba, à excepção de uma imagem que ele próprio pediu para guardar na Kaaba. Esta imagem representava Maria e Jesus Cristo. Foi o que o profeta Maomé ordenou ao seu companheiro – Shayba Ibn ‘Uthmân. Este *hadith*, tradição, é transmitido por al-Azraqî e por Ibn Hajar, na sua obra *Sharh sahih al-Bukhârî* (com várias edições),

---

<sup>2</sup> Em anexo são apresentados links para a visualização de miniaturas representando acontecimentos e/ou figuras importantes no Islão e nos outros monoteísmos (Judaísmo e Cristianismo), incluídas em manuscritos de autores muçulmanos.

que é considerado um dos livros mais autênticos na tradição islâmica. A imagem de Maria e Jesus Cristo ficou intacta dentro da própria Kaaba até 683. Só quando Abd Allâh Ibn al-Zubayr, governador de Medina, pediu para destruir tudo o que estava ligado a representações dentro da Kaaba é que essa imagem desapareceu também.

Vários comentadores da tradição profética pensam que a proibição da representação foi inspirada pelos companheiros do profeta, sobretudo pelos judeus convertidos ao islamismo, tal como Abd Allâh Ibn Saba', mas não há provas concretas para apoiar esta tese. No entanto, o que é mais certo é que o califa omíada Yazîd Ibn Abd al-Malik decretou no ano 720 a proibição de todas as imagens em todo o território muçulmano. Quais são as imagens que circulavam na época entre os árabes, em particular, e entre os muçulmanos, em geral, na península arábica? É difícil saber. Por um lado, não temos informações escritas nas fontes da história árabe da época sobre este tema; por outro, até hoje em dia, não dispomos de dados arqueológicos relativos à representação na sociedade árabe pré-islâmica e islâmica. É interessante notar que os sauditas não deixam os arqueólogos fazer escavações em território saudita. No Irão, no Líbano e no Iraque, os xiitas têm a tradição de representar Ali Ibn Abî Tâlib, o quarto califa e genro do profeta, e também têm o hábito de representar o profeta Maomé. Geralmente, é admitido que as imagens são raras entre os povos árabes e abundantes entre os povos não-semitas, por exemplo, os persas, os mongóis, os indianos ou os turcos. Até encontrámos muitos manuscritos de autores muçulmanos persas ou turcos com várias imagens e miniaturas que representam o profeta, os seus companheiros e também os quatro primeiros califas. Alguns estudiosos pensam que os xiitas recorrem à representação porque não admitem a autenticidade de alguns ditos do profeta que foram transmitidos pelos sunitas. Os ditos que proíbem toda a representação de criaturas, evidentemente, porque só Deus pode criar, só Deus pode animar.

Uma análise sistemática dos livros de tradição profética no mundo xiita mostra que os xiitas, como os sunitas, não autorizam de maneira livre a representação, principalmente do profeta e das criaturas em geral. Ou seja, não há total liberdade no que diz respeito à representação dos homens e, em particular, do profeta. A opinião comum que nos leva a crer que dentro do mundo xiita há mais facilidade e aceitação da representação do profeta, e que o uso das imagens é frequente nas sociedades xiitas, vem possivelmente do facto de a maioria dos muçulmanos considerarem que, no Irão – que é território xiita por excelência – existe esta tradição. No entanto, historicamente, o Xiismo foi adoptado oficialmente no Irão no ano de 1507 com a chegada da dinastia dos safávidas. Seja como for, enquanto os

sunitas continuam a proibir a representação, os xiitas continuam a produzir as imagens à vontade.

Na arte islâmica, encontramos várias miniaturas onde o profeta está representado em várias posições – sentado, perto da Kaaba, ou com os seus companheiros, ou em discussão com outras pessoas, ou também na posição de receber a mensagem divina. Várias miniaturas reflectem a influência da iconografia cristã, principalmente as que representam o tema do nascimento do profeta ou o tema da recepção e da transmissão da revelação. Isto quer dizer que a representação do profeta não é um tema novo dentro da cultura artística islâmica. No caso dos *cartoons* parece que não é o acto de representar ou não o profeta que é posto em causa pelos muçulmanos, mas sim a intenção dos autores e a sua maneira de representar Maomé. Já não se trata de Maomé o Profeta, o Mensageiro de Deus, o Modelo por excelência de todos os seus seguidores, mas sim de outra representação, que destrói, precisamente, a imagem do profeta venerado pelos muçulmanos.

A reacção dos muçulmanos é diferente dentro do espaço oficialmente islâmico e junto dos muçulmanos que vivem fora desse espaço, quer na Europa, quer nos Estados Unidos ou noutros países não islâmicos onde os muçulmanos representam uma minoria. Os muçulmanos nos países islâmicos tiveram uma reacção mais politizada. Aliás, a “crise dos *cartoons*” foi aproveitada pelas populações muçulmanas, ou pelo menos por alguns, para se exprimirem contra as políticas de alguns países ocidentais hostis aos muçulmanos, nomeadamente as decisões tomadas contra os cidadãos de confissão islâmica depois do 11 de Setembro, quer nos Estados Unidos quer noutros países. O problema israelo-árabe foi também levantado na “rua” durante esta crise. Foi também uma ocasião para manifestar as suas opiniões publicamente e sem grande risco de repressão nos países onde a democracia não é uma referência do Estado nem uma norma social. Em definitivo, não foi só para defender o Islão e mostrar o valor espiritual do seu profeta que os muçulmanos adoptaram aquelas atitudes. Nas suas reacções, manifestaram alguma confusão entre a religião, o sentimento religioso, o Estado e as suas “instituições” e a política. Isto mostra que o sistema de valores é diferente entre estas sociedades e também em relação às sociedades ocidentais, vistas como o “Outro”.

Os muçulmanos que vivem no espaço não-islâmico não tiveram todos as mesmas reacções – pelo menos, na rua. Mas os representantes oficiais, *todos*, condenaram a *maneira agressiva* de representar o profeta. Aliás, “a crise dos *cartoons*” mostrou uma vez mais que nas sociedades muçulmanas há uma confusão entre o indivíduo e o grupo e também entre o indivíduo e o Estado e as instituições.